



JUDICIARY OF  
ENGLAND AND WALES

PRESIDENTE DO FAMÍLIA DIVISÃO

## Memorando do Presidente: Peritos no Tribunal de Família

### Introdução

Este memorando procura explicar os princípios aplicados pela Vara de Família quando considera se deve autorizar ou admitir prova pericial. Ele também repete o lembrete que os especialistas só devem ser instruídos quando fazê-lo é 'necessário' para ajudar o tribunal a resolver as questões de forma justa.

### Admissibilidade

Em primeiro lugar, o tribunal considerará se a prova pericial é admissível. Aqui, o Tribunal de Família seguirá a orientação de Lord Reed PSC no Supremo Tribunal em *Kennedy x Cordia (Serviços) LLP (Escócia)* [2016] UKSC 6.

### Escopo da prova pericial

Ao contrário de outras testemunhas, os peritos podem dar provas das suas opiniões (*Kennedy* no parágrafo 39). Além disso, os especialistas podem, e muitas vezes o fazem, fornecer provas de fato (parágrafo 40). Os especialistas podem fornecer evidências factuais ou de opinião com base em seu conhecimento e experiência de um assunto, com base no trabalho de outros, como os resultados de pesquisas publicadas ou o conhecimento conjunto de uma equipe de pessoas com quem trabalham (parágrafo 41).

### Critérios de governo

Existem quatro critérios que regem a admissibilidade da prova de opinião de um perito. Eles também regulam a admissibilidade da prova pericial de fato, quando a testemunha se baseia no conhecimento e na experiência de outros, em vez de, ou além da observação pessoal. São eles (parágrafo 44):

- (i) se a prova pericial proposta ajudará o tribunal em sua tarefa;
- (ii) se a testemunha possui o conhecimento e a experiência necessários;
- (iii) se a testemunha é imparcial em sua apresentação e avaliação das provas; e
- (iv) se existe um corpo confiável de conhecimento ou experiência para sustentar a prova pericial.

Esses critérios são considerados a seguir.

### Auxiliar o tribunal

Lord Reed adota no parágrafo 46 o padrão em *Daubert x Merrell Dow Pharmaceuticals Inc* (1993) 509 US 579 a 588 por Blackmun J:

“Se o conhecimento científico, técnico ou outro conhecimento especializado ajudar o julgador do fato a compreender a evidência ou determinar um fato em questão, uma testemunha qualificada como especialista por conhecimento, habilidade, experiência, treinamento ou educação, poderá depor no processo. forma de opinião ou de outra forma”.

Mas veja “Necessidade” abaixo.

### **O conhecimento e a experiência do especialista**

O perito deve demonstrar ao tribunal que possui o conhecimento e a experiência relevantes para fornecer prova de opinião ou prova de fato que não se baseie exclusivamente em observação ou sensação pessoal. Quando o perito estabelece tal conhecimento e experiência, ele ou ela pode recorrer ao conjunto geral de conhecimento e compreensão da perícia relevante (parágrafo 50).

### **Imparcialidade**

Se uma parte apresentar um relatório que, à primeira vista, não cumpre os deveres reconhecidos de um perito de ser independente e imparcial, o tribunal pode excluir a prova como inadmissível (parágrafo 51).

### **Corpo confiável de conhecimento ou experiência**

Quando o objeto da prova pericial proposta estiver dentro de uma disciplina científica reconhecida, será fácil para o tribunal ficar satisfeito com a confiabilidade do corpo de conhecimento relevante. Há mais dificuldade onde a ciência ou corpo de conhecimento não é amplamente reconhecido. O tribunal recusará autorizar ou admitir a prova de um perito cuja metodologia não se baseie em nenhum conhecimento estabelecido (parágrafos 54 a 56).

### **Necessidade**

Nos processos de família regidos pelo FPR há uma exigência adicional. Uma ordem que autoriza prova pericial só será feita quando for “necessário” para auxiliar o tribunal para resolver o processo de forma justa (ver FPR 25.4(3) para processos não relacionados a crianças; seção 13(6) da Lei de Crianças e Famílias de 2014 para processos de crianças). Tal prova pericial só será “necessária” quando for exigida pelas questões contestadas em vez de serem meramente razoáveis, desejáveis ou de ajuda (*Re HL (uma criança)* [2013] EWCA Civ 655). Este requisito estabelece um limite mais alto do que o padrão de “assistência ao tribunal” estabelecido acima.

Este requisito adicional não se aplica a processos familiares regidos pelo CPR, como processos TOLATA, ou processos sob a Lei de Herança (Provisão para Família e Dependentes) de 1975, ou processos sob o Tribunal Superior jurisdição inerente relativa a um adulto vulnerável, mas capacitado.

A instrução de um perito é o principal motivo de atraso nos processos do Tribunal de Família relativos a crianças. As estatísticas recentes mostram que um pedido de instrução de um perito é quase invariavelmente deferido. Para evitar atrasos, os tribunais devem continuar a considerar cada pedido de instrução especializada com cuidado, para que um pedido seja concedido apenas quando for necessário fazê-lo.

### **Deveres para com o Tribunal e os Padrões Profissionais**

O FPR PD25B estabelece os deveres do perito perante o tribunal. O PD25B para 4.1(b) exige que um especialista cumpra os Padrões estabelecidos no Anexo. Estes incluem requisitos para ter sido ativo na área de trabalho; ter experiência suficiente nas questões; ter familiaridade com a amplitude da prática ou opinião atual; e se a sua prática profissional for regulamentada por um órgão estatutário do Reino Unido (ver Tabela 1) que possuam uma licença atual, estejam em dia com o CPD e tenham recebido

formação adequada sobre o papel de um perito nos tribunais de família. Os psicólogos são regulados principalmente pelo Conselho de Profissões de Saúde e Cuidados. O Family Justice Council emitiu orientações em conjunto com a British Psychological Society sobre o fornecimento de relatórios de especialistas nos tribunais de família:

<https://www.judiciary.uk/wp-content/uploads/2016/05/psychologists-as-expertwitnesses.pdf> .

Quando o especialista não estiver sujeito a registro legal (ou seja, psicoterapeutas infantis), o parágrafo 6 do Anexo identifica obrigações alternativas para garantir a conformidade com os padrões profissionais apropriados.

### **Conclusão**

O Tribunal de Família adota uma abordagem rigorosa para a admissão de prova pericial. Como as referências neste memorando deixam claro, a pseudociência, que não se baseia em nenhum corpo de conhecimento estabelecido, será inadmissível na Vara de Família.

O Rt Hon Sir Andrew McFarlane  
Presidente da Divisão de Família  
4-Outubro de 2021



JUDICIARY OF  
ENGLAND AND WALES

PRESIDENT OF THE FAMILY DIVISION

## President's Memorandum: Experts in the Family Court

### Introduction

This memorandum seeks to explain the principles applied by the Family Court when it considers whether to authorise or admit expert evidence. It also repeats the reminder that experts should only be instructed when to do so is 'necessary' to assist the court in resolving issues justly.

### Admissibility

First, the court will consider whether the expert evidence is admissible. Here, the Family Court will follow the guidance of Lord Reed PSC in the Supreme Court in *Kennedy v Cordia (Services) LLP (Scotland)* [2016] UKSC 6.

### Scope of expert evidence

Unlike other witnesses, experts may give evidence of their opinions (*Kennedy* at para 39). Further, experts can, and often do, give evidence of fact (para 40). Experts may give factual or opinion evidence based on their knowledge and experience of a subject matter, drawing on the work of others, such as the findings of published research or the pooled knowledge of a team of people with whom they work (para 41).

### Governing criteria

There are four criteria which govern the admissibility of opinion evidence of an expert. They also govern the admissibility of expert evidence of fact, where the witness draws on the knowledge and experience of others rather than, or in addition to, personal observation. They are (para 44):

- (i) whether the proposed expert evidence will assist the court in its task;
- (ii) whether the witness has the necessary knowledge and experience;
- (iii) whether the witness is impartial in his or her presentation and assessment of the evidence; and
- (iv) whether there is a reliable body of knowledge or experience to underpin the expert's evidence.

These criteria are considered below.

### Assisting the court

Lord Reed adopts at para 46 the standard in *Daubert v Merrell Dow Pharmaceuticals Inc* (1993) 509 US 579 at 588 per Blackmun J:

“If scientific, technical or other specialised knowledge will assist the trier of fact to understand the evidence or to determine a fact in issue, a witness qualified as an expert by knowledge, skill, experience, training, or education, may testify thereto in the form of an opinion or otherwise.”

But see “Necessity” below.

### **The expert’s knowledge and expertise**

The expert must demonstrate to the court that he or she has the relevant knowledge and experience to give either opinion evidence, or factual evidence which is not based exclusively on personal observation or sensation. Where the expert witness establishes such knowledge and experience, he or she can draw on the general body of knowledge and understanding of the relevant expertise (para 50).

### **Impartiality**

If a party adduces a report which on its face does not comply with the recognised duties of an expert witness to be independent and impartial, the court may exclude the evidence as inadmissible (para 51).

### **Reliable body of knowledge or experience**

Where the subject matter of the proposed expert evidence is within a recognised scientific discipline, it will be easy for the court to be satisfied about the reliability of the relevant body of knowledge. There is more difficulty where the science or body of knowledge is not widely recognised. The court will refuse to authorise or admit the evidence of an expert whose methodology is not based on any established body of knowledge (paras 54 – 56).

### **Necessity**

In family proceedings governed by the FPR there is a further requirement. An order authorising expert evidence will only be made where it is “necessary” to assist the court to resolve the proceedings justly (see FPR 25.4(3) for non-children proceedings; section 13(6) of the Children and Families Act 2014 for children proceedings). Such expert evidence will only be “necessary” where it is demanded by the contested issues rather than being merely reasonable, desirable or of assistance (*Re H-L (A Child)* [2013] EWCA Civ 655). This requirement sets a higher threshold than the standard of “assisting the court” set out above.

This additional requirement does not apply to family proceedings governed by the CPR such as TOLATA proceedings, or proceedings under the Inheritance (Provision for Family and Dependents) Act 1975, or proceedings under the High Court’s inherent jurisdiction concerning a vulnerable but capacitous adult.

The instruction of an expert is the primary reason for delay in Family Court proceedings relating to children. The recent statistics show that an application for the instruction of an expert is almost invariably granted. To avoid delay, courts should continue to consider each application for expert instruction with care so that an application is granted only when it is necessary to do so.

### **Duties to the Court and Professional Standards**

FPR PD25B sets out the duties of the expert to the court. PD25B para 4.1(b) requires an expert to comply with the Standards set out in the Annex. These include requirements to have been active in the area of work; to have sufficient experience of the issues; to have familiarity with the breadth of current practice or opinion; and if their professional practice is regulated by a UK statutory body (see Table 1) that they are in possession of a current licence, are up to date with CPD and have received

appropriate training on the role of an expert in the family courts. Psychologists are mainly regulated by the Health and Care Professions Council. The Family Justice Council has issued guidance jointly with the British Psychological Society on providing expert reports in the family courts:

<https://www.judiciary.uk/wp-content/uploads/2016/05/psychologists-as-expert-witnesses.pdf>.

Where the expert is not subject to statutory registration (i.e. child psychotherapists) para 6 of the Annex identifies alternative obligations to ensure compliance with appropriate professional standards.

### **Conclusion**

The Family Court adopts a rigorous approach to the admission of expert evidence. As the references in this memorandum make plain, pseudo-science, which is not based on any established body of knowledge, will be inadmissible in the Family Court.

The Rt Hon Sir Andrew McFarlane  
President of the Family Division  
4<sup>th</sup> October 2021